



AGRICULTURA FAMILIAR E LETRAMENTO

Fabiano Garcia – UFSC

CAPES / INEP

Resumo: Este trabalho é reflexo de um dos subprojetos apresentados ao projeto “Realidade das escolas do campo na região sul do Brasil: diagnóstico e intervenção pedagógica com ênfase na alfabetização, letramento e formação de professores”, no qual fazem parte a Universidade Federal de Santa Catarina (SC), Universidade Federal de Pelotas (RS) e a Universidade Tuiuti do Paraná (PR). O texto trata de analisar temas que foram abordados no primeiro ano de trabalho a partir das leituras realizadas em torno de alguns tópicos ligados à Educação do Campo, como a Agricultura Familiar, Alfabetização e Letramento. Procurou-se elucidar alguns pontos para, a partir deles, tentar compreender a possibilidade da Agricultura Familiar como contexto no processo de Letramento. Para a realização do texto, temos como aporte teórico, Paulo Freire, Magda Soares, João Pedro Stédile, Caio Prado Jr. e José Eli da Veiga. Tentamos construir um texto que pudesse apresentar reflexões feitas a partir da pesquisa realizada, principalmente, entre abril e dezembro de 2011. Sendo um projeto em andamento, o texto coloca muitas perguntas, o que não o torna menos interessante, uma vez que, segundo o filósofo Heidegger: “a pergunta é a devoção do pensamento”.

Palavras Chave: Educação do Campo – Agricultura Familiar – Letramento.

Apresentação

Uma das hipóteses do projeto “Realidade das escolas do campo na região sul do Brasil: diagnóstico e intervenção pedagógica com ênfase na alfabetização, letramento e formação de professores”, coordenado pelo Observatório de Educação II da Universidade Federal de Santa Catarina, trata da formação do professor, a sua prática, seu nível de leitura e condições de letramento e os conhecimentos teórico-metodológicos dos processos de alfabetização e letramento, como elementos que interferem na aprendizagem dos alunos e, portanto, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Na organização do projeto, 18 escolas da região sul foram selecionadas (06 em cada Estado). Em Santa Catarina, as escolas selecionadas são dos municípios de: Curitibanos, Campo Belo do Sul (02 escolas), São Bonifácio, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima.

O presente trabalho está ligado diretamente ao último município – especificamente ao Centro Educacional Santa Rosa de Lima. Trataremos a seguir de discorrer sobre alguns pontos preliminares para destacar elementos do município e de forma sucinta, refletir sobre a

viabilidade da relação entre escola e Agricultura Familiar. As questões foram levantadas em reuniões com os professores da rede pública e discussões realizadas na Universidade que tratam da Educação do Campo e do processo de Alfabetização e Letramento.

Questões preliminares

O município, situado na região das encostas da Serra Geral do Estado, Santa Rosa de Lima, é conhecido pela produção de alimentos orgânicos (capital da agroecologia), provenientes, sobretudo, da agricultura familiar. Num total de 2.065 habitantes, 1.547 pessoas, ou seja, aproximadamente 75% da população total, residem em área rural e produzem a partir do modelo agrofamiliar. A partir destes dados é possível supor que o contexto destas pessoas, de alguma forma, está muito vinculado as formas de pensar e se relacionar com a terra com características próprias do seu modo de vida, de como organizam a sua propriedade e sua produção, das suas relações de trabalho e demais relações sociais.

Um dos princípios levantados no processo de alfabetização, a partir de Paulo Freire, é que a “leitura de mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele”¹, deste modo, materiais didáticos e modelos de alfabetização, distante da realidade desses educandos, são esvaziados de significado, que apesar de colaborar com o processo de leitura e escrita, não consegue ir adiante, no sentido de ler, escrever e repensar o mundo em sua volta. Por isso, a autora Magda Soares define como letramento, “a competência (habilidades, conhecimentos, atitudes), do uso efetivo dessa tecnologia nas práticas sociais que envolvem a língua escrita”².

Assim, partimos do entendimento de que a concepção do processo de letramento é essencial para os educadores e que essa compreensão pode, supostamente, auxiliar nos resultados tanto em avaliações externas (Prova Brasil, por exemplo), como avaliações da própria escola, uma vez que pode potencializar o uso social da escrita e leitura dos alunos, ao mesmo tempo em que se dá o processo de alfabetização. Ainda que apresentem diferenças, por outro lado, é bom ressaltar que alfabetização e letramento, são processos indissociáveis: “Alfabetização e letramento são, pois, processos distintos, de natureza essencialmente diferente; entretanto, são interdependentes e mesmo indissociáveis”³.

Ao fazer uma análise da realidade das escolas do campo, percebe-se o baixo índice de desempenho nas avaliações escolares. Um fator, entre vários outros, que explica essa

¹ FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Editora Cortez, 1994. p.20.

² RIBEIRO, Vera Masagão (org.). *Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001*. São Paulo: Global, 2003. p.90

³ *Idem*.p.92

constatação está vinculado, geralmente, a um processo de alfabetização que não consegue obter resultados satisfatórios quanto à capacidade interpretativa dos educandos, sendo esta uma reclamação constante dos educadores, tanto nas séries iniciais quanto ao longo da trajetória escolar. Esse processo também se repete no Centro Educacional Santa Rosa de Lima, segundo os educadores da referida escola. Que elementos, afinal, podem estar influenciando na capacidade de interpretação dos alunos?

Para dar conta de elucidar um pouco melhor a proposta deste trabalho, será apresentada nos próximos tópicos uma análise bem resumida das especificidades da região sul diante do cenário nacional, apenas para dar início à discussão sobre a agricultura familiar hoje e também ressaltar as peculiaridades desse debate em relação à Educação do Campo. Assim sendo, trataremos a seguir das especificidades da região sul, a Educação do Campo no Sul do país e pra finalizar algumas questões de pesquisa construídas durante o processo de elaboração do subprojeto. Lembrando que esse texto é resultado de uma pesquisa ainda em fase de construção e por isso algumas questões ainda serão aprofundadas no decorrer da pesquisa.

As especificidades da região sul

A Questão Agrária brasileira vem sendo discutida nas últimas décadas por várias áreas, sendo que os estudos envolvem questões sociais, econômicas, políticas, históricas, entre outras. A organização da posse da terra, da propriedade e da sua utilização, desde o processo de colonização traça no Brasil uma dinâmica permeada por conflitos sociais que nos acompanham até a atualidade. Dentro desse processo, têm-se muitas questões, principalmente a partir dos debates da década de 60 e trabalhos como, por exemplo, do intelectual paulista Caio Prado Junior, com *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), *A Questão Agrária no Brasil* (1979), entre outros - embora algumas questões já estivessem em discussão desde o Império, a exemplo das intervenções de Joaquim Nabuco sobre a importância da pequena propriedade. São debates que destacam a alta concentração de terras no país, a desigualdade e problemas sociais do campo, campanhas nacionais como a luta pelo limite da terra a partir de 2001, as produções acadêmicas diversas, enfim, são elementos que nos permitem acreditar que a temática ainda é bastante relevante.

Dentro dessa contenda, embora algumas características sejam bastante condizentes com o quadro geral do campo brasileiro, temos também muitas especificidades como, por exemplo, a distinção no processo de formação histórica e constituição das propriedades

fundiárias, entre o sul (mais especificamente o Rio Grande e Santa Catarina) e demais regiões do país. Conforme Caio Prado Jr:

O parcelamento em pequenos lotes, a chamada colonização, é no conjunto muito menos freqüente. A colonização avulta unicamente em algumas zonas do Espírito Santo, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina – dando origem a uma estrutura da propriedade agrária que contrasta nitidamente com o resto do país.⁴

Segundo João Stedile: “Parte dos imigrantes foi para o sul do país, pela maior disponibilidade de terras e pelo clima, recebendo lotes de 25 a 50 hectares [...]”.⁵ Em termos de formação histórica, portanto, podemos falar de distintas realidades do campo, sendo a região sul uma exceção às características que imperam em grande parte do território como, por exemplo, a predominância em Santa Catarina da Agricultura Familiar, que hoje envolve 90% da população rural, somando 180 mil famílias com 89% dos estabelecimentos com até 50 Ha e que são responsáveis por 70% da produção.⁶

Apresentado alguns dados para marcar as peculiaridades do nosso Estado que são aquelas em que o município de Santa Rosa de Lima está inserido, agora trabalharemos um pouco sobre a agricultura familiar, a qual em nível nacional vem recebendo destaque uma vez que em apenas 24% das terras em produção, ocupam 74% de todo o pessoal que trabalha no campo, o que significa 12 milhões de pessoas.

Agricultura Familiar

O modelo agrofamiliar, embora com roupagens diferentes, manteve-se presente em diferentes períodos da nossa História. Conforme Lincoln Secco “perfeitamente inserida nos circuitos capitalistas, se manteve em todos os ciclos da nossa economia⁷. Atualmente representa 33% do PIB do agronegócio, ou seja, 10% do PIB nacional, e ainda é responsável por 87% da produção brasileira de mandioca, 70% do feijão, 58% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves, 46% do milho e 38% do café, só para se ter uma pequena noção de sua capacidade produtiva. Logo, a despeito de alguma variação anual, é possível afirmar que cerca de 70% dos alimentos que vão pra mesa dos brasileiros são produzidos pela agricultura

⁴ PRADO JUNIOR, Caio, *A questão Agrária*. 4ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. P.73.

⁵ STEDILE, João Pedro. (org.) *A questão Agrária no Brasil*. Expressão Popular: São Paulo, 2005. p.25

⁶ Dados da CEPA (Epagri – SC), 2004.

⁷ SECCO, Lincoln. *Caio Prado Junior: o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008. p.219

familiar,⁸ restando poucas dúvidas quanto a sua importância, tanto pelo caráter econômico, como social.

Dado a sua visibilidade e importância, vários segmentos vem discutindo suas potencialidades. Os setores privados, por exemplo, e arautos do sistema neoliberal, também possuem interesse na capacidade produtiva desse modelo e introduzem aparatos de forma a tentar englobá-la em seu processo econômico. Conforme João Pereira, o banco mundial é uma dessas instituições que se preocupa enquanto setor privado em fazer frente às propostas de política agrária elaboradas pelo poder público.

Segundo o autor:

São dois os objetivos centrais dessa política: a) aliviar seletivamente a pobreza rural, especialmente em situações onde as tensões sociais no campo possam atingir níveis preocupantes para a segurança do capital privado e/ou a manutenção da ordem política vigente; b) mercantilizar o acesso à terra, por meio da mudança neoliberal do aparato regulatório, de modo a favorecer o livre fluxo de força de trabalho no campo, estimular o investimento privado na economia rural e potencializar a integração subordinada de parcelas pontuais do campesinato ao circuito agroindustrial, comandado por grandes e médias empresas.⁹

Em função dessa importância econômica e social, políticas públicas também começaram a ser implementadas para o setor da produção familiar, chegando-se ao ponto de se promulgar a lei n.11.326, em 2006, que ficou conhecida como lei da “agricultura familiar”. Essa lei estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e dos empreendimentos familiares rurais, ao mesmo tempo em que são definidas algumas conexões com a política agrária. Nesta definição legal o agricultor familiar passou a ser considerado aquele que pratica atividades no meio rural, mas com uma série de requisitos: não deter área maior do que quatro módulos fiscais; utilizar a mão-de-obra da família; renda originada no próprio estabelecimento, entre outras.

É importante ressaltar ainda que o conceito de agricultura familiar no Brasil é bastante amplo e vem sendo utilizado, de políticas públicas a trabalhos acadêmicos, com definições bastante abrangentes o que afinal é uma estratégia interessante, uma vez que está de acordo com a realidade do campo brasileiro, que é bastante diversa e plural.

⁸ FLORENCE, Afonso. O plano safra 2011/2012 e a organização da economia na agricultura familiar. *Carta Maior*. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=18047>. Acesso em Jul. 2011.

⁹ PEREIRA, João M. M. A política agrária do Banco Mundial em questão. *Estudos avançados*. vol.20 no.57 São Paulo Mai/Aug. 2006 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200024>. Acesso em jul. 2011.

Segundo Iara Altafin:

É nesse contexto que o termo **agricultura familiar** se consolida e se difunde nos diferentes setores da sociedade. Ele é utilizado como um guarda chuva conceitual, que abriga grande número de situações, em contraposição à agricultura patronal, tendo como ponto focal da polarização o tipo de mão-de-obra e de gestão empregadas.¹⁰

Na política pública voltada ao pequeno agricultor estão presentes, também, alguns princípios, como é o caso da descentralização, da sustentabilidade ambiental, social e econômica, além do apoio à participação do agricultor na implementação da política voltada à agricultura familiar e da disponibilização de recursos para habitação, seguro, legislação sanitária e previdenciária¹¹. O que de fato é extremamente importante, pois o sistema agrofamiliar, além de proporcionar uma melhor qualidade de vida à família rural, também garante uma relação de sustentabilidade muito maior com os recursos naturais disponíveis, uma vez que seu vínculo com a terra é muito mais forte e orgânico do que o vínculo que possui o latifundiário com o seu *agrobusiness*.

Portanto, o modelo agrofamiliar acaba confinado, por um lado pelo setor privado (leia-se capital internacional financeiro) que procura guardar seus interesses e aumentar seu espaço de hegemonia, visando apenas extrair benefícios de ordem econômica e produtiva, e de outro lado, por movimentos sociais e políticas públicas de caráter mais progressista que visam, além de resguardar seu potencial econômico, preservar a dignidade daqueles que vivem no campo e passa a pensar a agricultura familiar a partir das várias relações que os agricultores familiares têm com a terra, que é, sobretudo, o seu meio de trabalho, de existência e espaço carregado de significados.

Um breve panorama da Educação do Campo

Em relação à Educação do Campo, a realidade infelizmente é a mesma em boa parte do território brasileiro. Segundo Plano Nacional por Amostras de Domicílios, PNAD/IBGE 2007, a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais, segundo a situação do domicílio, no Sul, corresponde a 5% no espaço urbano e a 8,9% na área rural, o que evidencia

¹⁰ ALTAFIN, Iara. *Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar*. Disponível em: < <http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agriculturafamiliar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf/view> >. Acesso em: jul. 2011.

¹¹BRASIL. *Lei 11.326 de 2006* Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11326.htm Acesso em abril 2011.

as disparidades que infelizmente se mantêm entre o espaço urbano e rural em todo território nacional:

Além dos piores índices de renda, estão no campo os piores níveis de escolaridade. Os índices de analfabetismo são alarmantes: 23,3% da população de 15 anos ou mais da zona rural é analfabeta, enquanto na zona urbana a taxa é de 7,6%.¹²

Nos últimos anos vários encontros, reunindo sociedade civil, universidade, movimentos sociais organizados e demais interessados, tem articulado no país propostas para melhorar esta situação, principalmente através das discussões que envolvem a educação e políticas públicas. Um exemplo claro disso, são as resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Básica (CEB), em 2008. Nessa proposta, pode-se extrair a essência das preocupações que estão vinculadas a realidade do campo e também os encaminhamentos para a educação básica desse setor. Logo no primeiro artigo, na classificação de comunidade rural, já podemos perceber a presença da agricultura familiar:

Artigo 1: A educação do campo compreende a educação básica em suas etapas de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação profissional técnica de nível de médio integrada com o ensino médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção de vida – **agricultores familiares**, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros.¹³

Também no seu artigo sétimo, está presente outro fator importante vinculado a realidade dos agricultores que produzem através do modelo familiar: “Art. 7º § 1º A organização e o funcionamento das escolas do campo respeitarão as diferenças entre as populações atendidas quanto à sua atividade econômica, seu estilo de vida, sua cultura e suas tradições”. Aqui encontramos outro ponto importante para o debate, no qual fica sublinhada nas diretrizes para as políticas públicas da Educação do Campo, a importância de se resguardar as diferenças presentes no campo. Por muito tempo as macro-análises, que em alto grau colaboraram para

¹²MUNARIM, Antonio et. al. *Educação do Campo: reflexões e perspectivas*. Ed. Insular: Florianópolis, 2010. p.51

¹³BRASIL. *Resolução n.º 2, de Abril de 2008*. MEC. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/educacao/educacao-rural/resolucao_MEC_2.08. Acesso em jul. de 2011.

os estudos da área, por outro acabaram por negligenciar aspectos fundamentais como as particularidades dos sujeitos do meio rural.

Quatro anos antes, estavam sendo discutidas, a nível estadual, as diretrizes estaduais da Educação do Campo, no Fórum Catarinense de Educação do Campo. Nesse encontro, também podemos sentir as preocupações relacionadas a questões do campo, nesse caso, a nível regional, em Santa Catarina. São diversos eixos que podem ser destacados, no sentido de situar o debate e ressaltar as demandas do campo catarinense: no eixo operacionalização das diretrizes da Educação do Campo, temos, por exemplo, os encaminhamentos: de realizar trabalhos interdisciplinares com temas indicados pela realidade da comunidade, de promover um trabalho junto as universidades e demais instituições de ensino superior e de pesquisa que formam os profissionais da educação, levando-os a entender e trabalhar de acordo com essas diretrizes.

Já na questão do financiamento da Educação do Campo, temos destaque à merenda escolar, propostas de garantir a merenda em todos os níveis de ensino, além de preservar a cultura alimentar de cada região, priorizando a compra direta de produtos de pequenos agricultores e cooperativas locais. Na questão da universalização do acesso à educação do campo tem-se a preocupação em garantir a qualidade do ensino das escolas do campo, através de um currículo adequado a realidade dos agricultores, de pensar juntamente com as políticas agrícolas a educação **voltada para a agricultura familiar** (camponesa); além de tantas outras questões como a construção de uma política nacional da educação do campo para o fortalecimento da agricultura familiar e a realização da reforma agrária.¹⁴

Em nível local, no mesmo sentido, através de reuniões comunitárias realizadas em novembro de 2007, com o propósito de organizar o plano municipal de educação (2007-2017) do município de Santa Rosa de Lima, as comunidades locais debateram os problemas da comunidade e propuseram medidas para as demandas levantadas. Assim, na comunidade do Rio do Meio, por exemplo, os participantes reivindicaram que os conteúdos curriculares fossem baseados na realidade do município e que os professores dos anos iniciais precisavam se capacitar melhor. Na comunidade de Rio Santo Antonio, outro encaminhamento da reunião foi a de valorizar a cultura do agricultor e que a escola falasse mais sobre o interior, a área rural. Na comunidade Nova Esperança, a avaliação feita do currículo escolar foi que estavam ausentes disciplinas voltadas a realidade do município. Além de sugerir, que na merenda

¹⁴ *Ibidem*

escolar, fosse utilizado produtos da terra, para valorizar os agricultores locais e também melhorar a qualidade da alimentação dos estudantes.¹⁵

Recentemente, através do decreto n.7.352, de novembro de 2010, foi lançado a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Seu texto está, conforme os outros documentos apresentados anteriormente, vinculado as demandas do campo brasileiro (no plano geral), incluindo os debates sobre a educação do campo. Um dos pontos que chama atenção do documento é a classificação de Escola do Campo: “Escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pelo IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a população do campo”. O centro educacional Santa Rosa de Lima está justamente, nesta última condição.

Nos princípios da educação do campo, observados no artigo segundo do decreto-lei, temos: “desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo; a valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologia adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; entre outras, que servem pra exemplificar quais são os direcionamentos dessa política.

Portanto, está claro, que do nível nacional ao local, temos demandas sociais bem marcadas em torno da Educação do Campo, tanto gerais e como específicas, sendo que muito desses temas fizeram parte das bandeiras de luta dos movimentos sociais, principalmente a partir da década de 80 e hoje já se configuram legitimadas pelo poder público através da esfera legislativa e executiva – embora, muitas outras, ainda estejam em pauta e exigindo mobilização social.

Além disso, a promulgação de leis e o debate em torno delas, também nos auxilia a compreender o contexto atual da Educação do Campo na região sul, o que conseqüentemente faz interlocução com as perguntas geradas a partir da elaboração deste trabalho, das visitas realizadas ao município, dos debates acadêmicos e outros momentos em que as conversas foram pautadas por questões que dizem respeito a esse estudo.

¹⁵ SANTA ROSA DE LIMA. Plano Municipal de Educação (2007-2017). Atas das reuniões podem ser lidas no documento da II conferência municipal de educação de Santa Rosa de Lima – SC. Plano Municipal de Educação (2007-2017).

Questões de pesquisa

O projeto “realidade das escolas do Campo na Região Sul do Brasil: diagnóstico e intervenção pedagógica com ênfase na alfabetização, letramento e formação de professores”, tem como premissa que quando se trata de analisar a realidade, as tensões e conflitos do campo brasileiro, nota-se que os professores tem dificuldades, que o livro didático é o seu principal material de leitura e que cabe indagar em que medida estes que trabalham nas escolas do campo apresentam condições de ampliar os conhecimentos acerca do campo brasileiro, desde as características locais às internacionais. Em que medida os professores apresentam condições de interpretar o conteúdo relacionado à realidade brasileira? Essa é uma questão trazida pelo projeto. Logo, indo ao encontro desse apontamento, temos as seguintes questões: Qual é a interpretação dos professores do Centro Educacional Santa Rosa de Lima sobre a Questão Agrária Brasileira, dada as condições de trabalho, cultura e organização dos povos do campo? Como os educadores compreendem o processo de alfabetização e letramento nas séries iniciais. Qual é a importância do contexto do educando nesse processo? É possível ter a agricultura familiar como contexto, no processo de letramento dos educandos em Santa Rosa de Lima? Como essa discussão entra na escola? Constatado sua ausência, quais são suas possíveis conseqüências?

Para iniciar a busca pelas respostas, ou ao menos, pela descoberta de mais perguntas, utilizamos alguns referenciais para nos guiar durante esse percurso. Principalmente no sentido de entender a importância do tema e auxiliar nas problemáticas a serem desenvolvidas ao longo do projeto, entendendo a Educação do Campo como particular àquele que vive no meio rural: “Na educação e pedagogia do campo, parte-se da particularidade e singularidade dadas pela realidade dos homens e mulheres que produzem suas vidas no campo”¹⁶, que as práticas educativas desenvolvidas no espaço escolar deve estar vinculadas à sua realidade, que as políticas públicas devem reparar a desigualdade no direito ao acesso da educação, bem com sua permanência, além de permitir que aqueles que vivem no campo produzam sua vida de forma digna.

Na discussão sobre alfabetização e letramento, o suporte teórico está vinculado à obra *Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001*, de Verão Masagão Ribeiro, especificamente o capítulo *Letramento e escolarização*, da autora Magda Soares. Sobre a

¹⁶ FRIGOTTO, Gaudêncio. **Projeto societário contra-hegemônico e educação do campo: desafios de conteúdo, método e forma.** IN: MUNARIM, Antonio et. al. **Educação do Campo: reflexões e perspectivas.** Ed. Insular: Florianópolis, 2010. P.36

questão agrária, a princípio as obras referências são: a produção de Caio Prado Júnior A questão Agrária Brasileira e o livro organizado por João Pedro Stedile, A questão Agrária no Brasil.

Além disso, também é importante ressaltar que o diálogo com a comunidade de Santa Rosa de Lima, agricultores, pais, educandos educadores, técnicos administrativos e demais sujeitos desse processo, é fundamental para nos orientar e compreender da melhor maneira possível a relação que pode haver entre a Agricultura Familiar e o processo de alfabetização e letramento, bem com sua importância.

Conclusões

Sendo este texto uma breve apresentação das perguntas realizadas para orientar a pesquisa em andamento, não seria ético nem viável concluir de modo concreto os resultados esperados do trabalho que será realizado no município até 2014. Não seria adequado visto que o trabalho tem como proposta uma intervenção na realidade de todos e todas que estão envolvidos com a temática da Educação do Campo, dentro e fora da escola, sobretudo os agricultores, pais e mães, educadores, funcionários e alunos da escola, sendo assim, o resultado será construído de forma coletiva e não individual de acordo com os interesses da pesquisa em si. Nem seria viável, pois com dois anos ainda pela frente, a proposta pode ser melhor elaborada, outras questões poderão surgir, logo, assim como o referencial teórico não é inflexível, as perguntas e respostas também não serão.

Porém, nada impede de sugerir algumas hipóteses para a conclusão, sendo um horizonte, dentro vários outros possíveis, dentro do que foi discutido e vivenciado até o momento. São, portanto, estes alguns pontos em termos gerais: que ao final do trabalho possamos perceber a importância da relação entre Universidade e Educação Básica; que se possam criar metodologias que nos permitam minimamente constatar o nível de letramento de professores e alunos; que ao evidenciar o papel do material didático para o processo de alfabetização e letramento seja planejado e elaborado de forma conjunta um material didático que trabalhe com os temas pertinentes à realidade do educador e do educando; que tendo em vista o fortalecimento cada vez mais evidente no país, no Estado e na região da Agricultura Familiar, que se possa ter mais clareza de suas contradições e desafios, a fim de colaborar para a sua manutenção, expansão e consolidação; que vise promover e estreitar a relação entre universidade e educação básica do campo, relação esta que é essencial para garantir a função social da pesquisa universitária e o seu papel político atuante mediante atividades de pesquisa e extensão, sobretudo, àquelas ligadas ao povo brasileiro.

Por fim, podemos supor que a partir dessa exposição repleta de perguntas, algumas respostas poderão ser encontradas nos dois anos que restam à execução do projeto. Levando em conta que tratamos de dividir, de forma bem resumida, o que se acumulou no primeiro ano de trabalho, fica aqui o pedido de desculpas caso o trabalho não tenha trazido nenhuma novidade ou solução aos problemas conjunturais da Educação do Campo ou de outro tema exposto aqui. Ao menos, cremos que o objetivo inicial que era analisar alguns pontos das nossas discussões, foi alcançado e esperamos que os interessados possam se valer dessas questões para criar outras perguntas ou encontrar diferentes respostas para os seus próprios questionamentos.

Referências

BRASIL. *Lei N° 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006*: Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

BRASIL. *Resolução n.º 2, de Abril de 2008*. MEC. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

MATTEI, Lauro. *Mudança nas regras de financiamento do Pronaf*. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3895

MUNARIM, Antônio et. al. *Educação do Campo: reflexões e perspectivas*. Ed. Insular: Florianópolis, 2010.

PEREIRA, João M. M. A política agrária do Banco Mundial em questão. *Estudos Avançados*. vol.20 no. 57. São Paulo Mai/Aug. 2006.

PRADO JR, Caio. *A questão agrária*. 4 Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SANTA ROSA DE LIMA. Plano Municipal de Educação (2007-2017). Atas das reuniões podem ser lidas no documento da II conferência municipal de educação de Santa Rosa de Lima – SC. Plano Municipal de Educação (2007-2017).

SECCO, Lincoln. *Caio Prado Junior: o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SOARES, Magda. Letramento e escolarização. IN: RIBEIRO, Vera Masagão (org.). *Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001*. São Paulo: Global, 2003.

STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil*. Expressão popular: São Paulo, 2005.

VEIGA, José Eli da. *A tímida política agrária: questão do campo exige novos rumos no Brasil*. Ciência hoje, (SBPC), vol. 24, n.141, Agosto de 1998. PP. 27-31.